

## **1. Atividades operacionais**

A Companhia é uma Sociedade por ações de capital aberto e tem por objetivo social a prestação de serviços de consultoria técnica e econômica, a elaboração de projetos de engenharia em geral, assessoria, fiscalização e supervisão da execução de projetos, gerenciamento de obras e demais serviços relacionados a essas atividades.

## **2. Base de apresentação das informações trimestrais**

A Companhia apresenta as demonstrações financeiras trimestrais consolidadas de acordo com as normas internacionais de Relatório Financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”) emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, e práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nos pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis, plenamente convergentes ao IFRS, e normas estabelecidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários.

As demonstrações trimestrais individuais (“Controladora”) foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e divergem das práticas do IFRS apresentadas nas informações consolidadas somente quanto à avaliação de investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, ao invés de custo ou valor justo, conforme permitido pelo IFRS.

## **3. Sumário das principais práticas contábeis adotadas**

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas são:

### **a. Moeda funcional**

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais (R\$/mil), sendo esta a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data de transação. Os ganhos e perdas resultantes da diferença entre a conversão dos saldos ativos (aplicações financeiras), em moeda estrangeira, no fechamento do trimestre são reconhecidos na demonstração do resultado da Companhia.

### **b. Caixa e equivalente de caixa**

Inclui caixa e depósitos bancários à vista realizáveis em até 90 (noventa) dias da data de aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

### **c. Aplicações financeiras**

As aplicações financeiras são classificadas de acordo com sua finalidade em (i) mantidas para negociação; (ii) mantidas até o vencimento; e (iii) disponíveis para venda.

As aplicações mantidas para negociação são avaliadas pelo seu valor justo, com seus efeitos reconhecidos em resultado. As aplicações mantidas até o vencimento são mensuradas pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, reduzida de provisão para ajuste ao valor provável de realização quando aplicável, com seus efeitos reconhecidos no resultado. As aplicações disponíveis para venda são avaliadas ao valor justo, com seus ganhos e perdas não realizados reconhecidos em outros resultados abrangentes, quando aplicável.

**d. Serviços a faturar**

Representam os direitos a receber de etapas de serviços concluídos e não faturados.

**e. Ativos passivos não circulantes**

Compreendem os bens e direitos realizáveis e deveres e obrigações vencíveis após doze meses subsequentes à data base das referidas demonstrações financeiras trimestrais, acrescidos dos correspondentes encargos e variações monetárias, incorridos, se aplicável, até a data do balanço.

**f. Investimentos**

Os investimentos relevantes em controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial.

**g. Imobilizado**

Registra os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia, ou exercidos com essa finalidade.

A depreciação é calculada pelo método linear e a Companhia entende que as taxas atualmente utilizadas refletem adequadamente a vida útil-econômica desses ativos.

**h. Redução ao valor recuperável de ativos**

O ativo imobilizado, outros ativos não circulantes e os ativos circulantes relevantes são revisados anualmente com o objetivo de verificar a existência de indicio de perdas não recuperáveis. A administração efetuou análise de seus ativos conforme CPC 01, aprovado pela Deliberação CVM 527/2007, e constatou que não há indicadores de desvalorização dos mesmos, bem como que estes são realizáveis em prazos satisfatórios.

**i. Fornecedores**

As contas a pagar de subempreiteiros são reconhecidas pelo valor nominal e subsequentemente acrescidos, quando aplicável, das variações monetárias e correspondentes encargos incorridos até as datas dos balanços.

**j. Provisões para contingências**

A Companhia é parte envolvida em demandas judiciais de natureza tributária e cível, tendo sido constituída provisão contábil em relação às demandas cuja probabilidade de perda foi classificada como provável. As provisões para demandas judiciais são determinadas com base na opinião de seus consultores jurídicos.

**k. Resultado das operações**

O resultado das operações é apurado pelo regime de competência.

As receitas de serviços são reconhecidas no resultado quando os serviços são efetivamente prestados. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

**l. Demonstração do valor adicionado**

Esta demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período.

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras trimestrais conforme BRGAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação adicional.

**m. Novas normas e interpretações ainda não adotadas**

O processo de convergência das políticas contábeis adotadas no Brasil às normas internacionais prevê a adoção de diversas normas, emendas às normas e interpretações do IFRS, emitidas pelo IASB, que ainda não entraram em vigor para o trimestre encerrado em 30 de setembro de 2012, conforme a seguir:

Emissão	Descrição	Vigência a partir de exercícios iniciados em ou após
IFRS 10	"Demonstrações Contábeis Consolidadas" ("Consolidated Financial Statements"). Estabelece os princípios para a preparação e apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, quando uma entidade controla uma ou mais outras entidades.	1 de janeiro de 2013
IFRS 11	"Acordos Conjuntos" (' Joint Arrangements'). Estabelece os princípios para reporte financeiro de entidades que sejam partes de acordos conjuntos.	1 de janeiro de 2013
IFRS 12	"Divulgações de Participações em Outras Entidades" ("Disclosure of Interests in Others Entities"). Consolida todos os requerimentos de divulgações que uma entidade deve fazer quando participa em uma ou mais outras entidades.	1 de janeiro de 2013
IFRS 13	"Mensuração ao Valor Justo" ("Fair Value Measurements"). Define valor justo, explica como mensurá-lo e determina o que deve ser divulgado sobre essa forma de mensuração.	1 de janeiro de 2013
Emenda ao IAS 1	"Apresentação de Itens dos Outros Resultados Abrangentes" ("Presentation of Items of Other Comprehensive Income"). Requer que sejam agrupados em Outros Resultados Abrangentes os itens que poderão ser reclassificados para lucros ou prejuízos na demonstração do resultado do exercício	1 de janeiro de 2013

<b>Emissão</b>	<b>Descrição</b>	<b>Vigência a partir de exercícios iniciados em ou após</b>
Emenda ao IAS 19	"Benefícios a Empregados" ( " Employee Benefits"). A nova versão do versão do IAS 19 elimina o método do corredor para reconhecido de ganhos ou perdas atuárias, simplifica a apresentação de variações em ativos e passivos de planos de benefícios definidos e amplia os requerimentos de divulgação sobre planos de benefícios definidos.	1 de janeiro de 2013
Emendas aos IFRS 9 e 7	"Divulgações - Compensando Ativos e Passivos Financeiros" ("Disclosures Offsetting Financial Assets and Financial Liabilities"). Estabelece requerimentos de divulgação de acordos de compensação de ativos e passivos financeiros.	1 de janeiro de 2013
Emendas aos IFRS 9 e 7	"Data Obrigatória de Entrada em Vigor do IFRS 9 e Divulgações de Transição". ("Mandatory Effective Date of IFRS 9 and Transition Disclosures"). Postergam a data de entrada em vigor do IFRS 9 para 2015. Eliminam, também, a obrigatoriedade de republicação de informações comparativas e requerem divulgações adicionais sobre a transição para o IFRS 9.	1 de janeiro de 2015

A Companhia está avaliando os impactos dessas normas em suas demonstrações financeiras.

#### **n. Reclassificação das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas apresentadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foram reclassificadas para melhor apresentação. As reclassificações efetuadas estão assim demonstradas:

Descrição	Exercício de 2011 - Em R\$ mil			
	Controladora		Consolidado	
	Publicado	Reclassificado	Publicado	Reclassificado
Aplicações financeiras	-	-	22.534	21.016
Clientes circulante	6.835	8.541	6.835	8.541
Clientes não circulante	33.136	21.375	33.136	21.375
Investimentos financeiros	-	-	4.768	6.286
Precatórios mantidos até o vencimento	-	10.055	-	10.055
	<u>39.971</u>	<u>39.971</u>	<u>67.273</u>	<u>67.273</u>

#### 4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, provisão para créditos duvidosos, provisões fiscais, previdenciárias, cíveis e trabalhistas, avaliação do valor justos de certos instrumentos financeiros, além de redução do valor recuperável de ativos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos anualmente.

#### 5. Demonstrações trimestrais consolidadas

As demonstrações trimestrais consolidadas foram elaboradas de acordo com os princípios de consolidação previstos na Lei das Sociedades por Ações e segundo os critérios estabelecidos no CPC 36 e IAS 34, abrangendo as informações trimestrais das investidas relacionadas na tabela a seguir, cujos exercícios sociais são coincidentes em relação ao da controladora:

Empresas	Participação - %	
	30/09/2012	31/12/2011
Sondotécnica Internacional Co.	100	100
Sondotécnica Tecnologia Ltda.	96.63	96,63
Angroprojectos Engenharia e Consultoria Ltda.	-	5

##### Processo de consolidação

Na consolidação foram eliminadas as participações da controladora nos patrimônios líquidos das controladas, bem como os saldos de ativos e passivos, receitas, custos, despesas e lucros não realizados, decorrentes de transações efetuadas entre companhias.

Os exercícios sociais das controladas são coincidentes com os da controladora e as políticas contábeis foram aplicadas de forma padronizada nas companhias consolidadas.

As demonstrações financeiras da controlada com operação no exterior são convertidas para Reais (R\$) de acordo com as diretrizes do Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão das Demonstrações Contábeis.

Não há diferença entre o patrimônio líquido e resultado consolidado, constantes nas informações trimestrais consolidadas, preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas informações trimestrais individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Deste modo, a Companhia optou por apresentar estas informações trimestrais individuais e consolidadas em um único conjunto.

#### 6. Caixa e equivalentes de caixa

Para fins do caixa e equivalente de caixa, os saldos estão representados por caixa em poder da Companhia, depósitos bancários, com liquidez imediata, ou seja, com vencimento menor de 90 dias.

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2012	31/12/2011
Caixa e banco conta movimento - Moeda nacional	1.513	4.915	1514	4.914
Banco conta movimento - Moeda estrangeira	-	-	758	1.427
	<u>1.513</u>	<u>4.915</u>	<u>2.272</u>	<u>6.341</u>

## 7. Aplicações financeiras avaliadas a valor justo

O quadro abaixo demonstra as aplicações financeiras da Companhia, acrescidas dos rendimentos financeiros que se aproximam do valor justo:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2012	31/12/2011
Certificado de Depósito Bancário - CDB	454	525	454	525
Fundos de investimentos	15.616	13.840	15.975	14.150
	<u>16.070</u>	<u>14.365</u>	<u>16.429</u>	<u>14.675</u>

As aplicações em fundos de investimentos classificadas nesse grupamento, apesar de possuírem liquidez imediata, não estão sendo consideradas como equivalente de caixa, tendo em vista que, caso a Administração venha a exercer a opção de resgates antes do vencimento contratado a Companhia incorrerá em perda de rentabilidade, bem como aumento da carga tributária.

## 8. Clientes

O quadro abaixo demonstra os valores que as Companhias têm a receber oriundos dos serviços prestados:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2012	31/12/2011
Eletronorte - Liquidação antecipada de contrato	20.680	20.680	20.680	20.680
Faturas a receber - nacional	9.013	8.654	9.013	8.654
Faturas a receber - exterior	-	-	-	-
Câmbio a liquidar	-	-	-	-
Outros contas a receber	<u>760</u>	<u>582</u>	<u>760</u>	<u>582</u>
	<u>30.453</u>	<u>29.916</u>	<u>30.453</u>	<u>29.916</u>
Circulante	7.196	8.541	7.196	8.541
Não circulante	23.257	21.375	23.257	21.375

### Contas a receber Eletronorte

O montante a receber da Eletronorte, refere-se a ação judicial iniciada em 1997, contra a Eletronorte, por quebra de cláusula de contrato avalizado pelo Eletrobrás, tendo a Sondotécnica tido sentenças

favoráveis ao longo da mesma, inclusive no Supremo Tribunal Federal - STF. O seu término é imprevisível pelo momento, dado a que tem havido protelação através de recursos judiciais.

## 9. Outras Contas a Receber (Controladora e consolidado)

O montante de R\$ 19.882 registrados na rubrica de serviços a faturar, representam os direitos a receber de etapas de serviços concluídos e não faturados.

## 10. Precatórios DER/SP e Serla/RJ - Mantidos até o vencimento

Refere-se a ações judiciais de atualização monetárias de valores recebidos em atraso já transitado em julgado com ganho de causa para a Sondotécnica Engenharia de Solos S.A.. Por meio desta decisão judicial a Companhia terá o direito a receber até o ano de 2014, o montante de R\$10.012.

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2012	31/12/2011
DER/SP	6.844	6.887	6.844	6.887
SERLA	3.168	3.168	3.168	3.168
	10.012	10.055	10.012	10.055
Circulante	3.200	3.243	3.200	3.243
Não circulante	6.812	6.812	6.812	6.812

É intenção da Companhia, manter estes títulos em seu poder até o vencimento final dos precatórios.

## 11. Aplicações financeiras disponíveis para venda

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2012	31/12/2011
Banco Citibank S.A. - Ações Bonds	4.756	3.305	5.344	3.818
Banco Safra S.A. - Ações Bonds	1.496	1.463	2.182	2.106
Portugues - Bonds	-	-	370	362
	6.252	4.768	7.896	6.286

As aplicações disponíveis para venda são avaliadas ao valor justo, com seus ganhos e perdas não realizados reconhecidos em outros resultados abrangentes.

## 12. Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2012	31/12/2011
Participações em empresas controladas/ coligadas	2.978	3.618	-	-
Incentivos a aplicar - FINOR	-	266	-	266
Outros investimentos	-	12	-	211
	<u>2.978</u>	<u>3.896</u>	<u>-</u>	<u>477</u>

a) Mutação nos investimentos, durante o 3º trimestre de 2012, em controladas/coligadas

	Sondotécnica Tecnologia	Sondotécnica International	Angroprojectos	Total
Em 31 de dezembro de 2011	346	3.255	17	3.618
Variação cambial	-	270	-	270
Ações Bônus	-	18	-	18
Baixa de investimemto	-	-	(17)	(17)
Equivalência patrimonial	13	(924)	-	(911)
Em 30 de setembro de 2012	<u>359</u>	<u>2.619</u>	<u>-</u>	<u>2.978</u>

Informações sobre as empresas controladas, com base nas demonstrações contábeis

	2012		2011	
	Sondotécnica Tecnologia Ltda.	Sondotécnica International Co.	Sondotécnica Tecnologia Ltda.	Sondotécnica International Co.
Capital social	668	1.819	668	1.688
Total de ações	668	1.500	668	1.500
Patrimônio líquido	372	2.584	358	3.255
Lucro (prejuízo) de 2012	14	(924)	779	3.027
% de participação	96,63%	100,00%	96,63%	100,00%
Variação cambial	-	-	-	271
Equivalência patrimonial em 2012	13	(924)	753	2.756



### 13. Imobilizado

#### a) Imobilizado - Controladora e Consolidado

		Em 30 de setembro de 2012			
	Taxa de depreciação	Saldo líquido 31/12/2011	Adições	Baixas	Saldo líquido 30/09/2012
Máquinas, ferramentas, materiais e telefonia	10%	143	50	-	174
Veículos	20%	92	165	-	219
Móveis e utensílios	10%	411	96	(7)	437
Aeronaves	10%	2.316	-	-	2.118
Equipamentos de informática	20%	950	201	(2)	899
		3.912	512	(9)	3.847

		Em 31 de dezembro de 2011			
	Taxa de depreciação	Saldo líquido 31/12/2010	Adições	Baixas	Saldo líquido 31/12/2011
Máquinas, ferramentas, materiais e telefonia	10%	131	54	(22)	143
Veículos	20%	141	33	(28)	92
Móveis e utensílios	10%	409	82	(1)	411
Aeronaves	10%	2.581	-	-	2.316
Equipamentos de informática	20%	767	458	(1)	950
		4.029	627	(52)	3.912

Redução

#### ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

A Companhia avalia periodicamente os bens do imobilizado com a finalidade de identificar evidências que levem a perdas de valores não recuperáveis desses ativos, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Se identificável que o valor contábil do ativo excede o valor recuperável, esta perda é reconhecida no resultado do período. Até o momento não há indicativos da existência de redução do valor recuperável dos ativos na Companhia.

### 14. Intangível

Refere-se aos gastos com substituição de softwares e reestruturação da rede.

## 15. Fornecedores Nacionais

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2012	31/12/2011
Fornecedores nacionais	1.989	1.535	2.005	1.550
	<u>1.989</u>	<u>1.535</u>	<u>2.005</u>	<u>1.550</u>

Os saldos de fornecedores estão representados principalmente por valores a pagar a sub- empreiteiros.

## 16. Parcelamentos de tributos (Controladora e consolidado)

Refere-se desistência da ação contra o Instituto Nacional da Previdência Social, pela adesão ao PAEX-Excepcional em Setembro de 2006, artigos, 1º e 8º, com saldo devedor de R\$ 1.784, sendo R\$ 416, registrada no circulante e R\$ 1.368 no não circulante. As ações tributárias são suportadas por depósitos judiciais. Adicionalmente, cerca de R\$49 refere-se a parcelamento de ISS registrado no passivo não circulante.

## 17. Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar

O estatuto da Companhia prevê o pagamento de um dividendo obrigatório anual mínimo de 25% calculado sobre o lucro líquido do exercício apurado na forma da Lei nº 6.404/76, ou correspondente a 10% do capital social realizado, prevalecendo o que for maior. Em conformidade com a Lei nº 10.303/01, o estatuto foi alterado através de AGE realizada em 27 de fevereiro de 2003, passando a prever que as ações preferenciais terão direito a um dividendo pelo menos 10% superior ao que for destinado às ações ordinárias.

No balanço de 31 de dezembro de 2011, por deliberação do conselho de administração, a Companhia deixou de provisionar os dividendos obrigatórios, uma vez que efetuou sua compensação com os juros sobre o capital próprio, provisionados nessa data no valor total bruto de R\$ 3.500, com imposto de renda na fonte de R\$ 525 e saldo líquido de R\$ 2.975.

Por decisão da AGO de 30 de abril de 2012 foram provisionados R\$ 2.380 para distribuição de dividendos aos acionistas, cujo pagamento será realizado ano calendário de 2012.

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2012	31/12/2011
Dividendos	2.847	1.429	2.847	1.429
Juros sobre capital próprio	3.332	4.226	3.332	4.226
	<u>6.179</u>	<u>5.655</u>	<u>6.179</u>	<u>5.655</u>

## 18. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os valores registrados no passivo foram calculados sobre exclusões temporárias relativas ao diferimento de resultados e parcelas não recebidas de contratos à longo prazo, conforme DL 1.598/77 e IN-SRF 21/79. Os valores apresentados são revisados anualmente.

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2012	31/12/2011
Imposto de renda	1.176	1.220	1.176	1.220
Contribuição social sobre o lucro	439	452	439	452
	<u>1.615</u>	<u>1.672</u>	<u>1.615</u>	<u>1.672</u>

## 19. Provisão para contingência (Controladora e consolidado)

A administração da Sondotécnica Engenharia de Solos S.A., com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, entende que o saldo de R\$ 1.715 é suficiente para cobrir as perdas prováveis com as ações trabalhistas e cíveis.

A Companhia obteve êxito em ações judiciais de atualização monetária de valores recebidos com atraso, que lhe garantiu o direito de receber, anualmente até 2014, o valor total bruto de R\$ 12.617. Sobre esse valor incide honorários advocatícios no valor total de R\$ 1.564. Tais valores estão devidamente adicionados e excluídos no LALUR para fins fiscais e sobre eles provisionados o IR e CSLL diferidos (nota explicativa nº 10). Em 30 de setembro de 2012 totaliza R\$ 10.012 de precatórios a receber e R\$ 853 de honorários a pagar.

## 20. Despesa de imposto de renda e de contribuição social

Segue abaixo, demonstrativo da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada no resultado:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2012	30/09/2011	30/09/2012	30/09/2011
Resultado líquido do trimestre/exercício	1.242	7.876	1.242	7.876
(+) adições	11.954	4.435	11.954	4.435
(-) Deduções	(10.891)	(8.713)	(10.891)	(8.713)
Base de cálculo	2.305	3.598	2.305	3.598
IRPJ - 15%	680	540	683	887
IPPJ - Adicional de 10%	441	342	441	342
IPPJ - Adicional de 10% - exercício anterior	195	23	195	23
Total de despesa de IRPJ	1.316	905	1.319	1.252
CSLL - 9%	408	324	410	453
Total de despesa de CSLL	408	324	410	453

## 21. Transações com partes relacionadas

A Companhia não mantém operações comerciais com partes relacionadas, pessoas físicas ou jurídicas, pertencentes ao mesmo grupo econômico.

## 22. Patrimônio líquido

### 22.1 Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 está representado por 856.000 ações ordinárias, 856.000 preferenciais classe “A” e 856.000 preferências classe “B”, sem valor nominal. As ações do capital social foram convertidas em abril de 2007 pelo fator de conversão de 1/5.000. As ações preferenciais não asseguram direito de voto e são inconversíveis em ações ordinárias.

### 22.2 Reservas de capital

Constituída a partir da utilização de incentivos fiscais na declaração do imposto de renda, tendo como contra partida a conta de investimentos em incentivos fiscais do ativo permanente.

### 22.3 Reservas de lucros

#### a) Para contingências:

Valores retidos nos exercícios de 1996 de R\$ 6.124 e de 1997 de R\$ 4.870 por deliberação das assembleias de 1997 e 1998 e mantidos na rubrica lucros acumulados até 31 de dezembro de 2002, e por decisão da AGE de 30 de abril de 2003, foi transferido para reservas para contingências, mais o saldo das reservas para investimento de R\$ 10.393, transferido em 2005 por deliberação da AGE de 28 de abril 2005. Totalizando R\$ 21.387 esta reserva deverá permanecer até a decisão final da ação com a Eletronorte.

Por decisão da AGO de 30 de abril de 2010 do saldo remanescente do lucro do exercício de 2009 de R\$ 7.018, acrescido de R\$ 727 da realização de reservas, e que, acrescido de R\$ 3.503 da reversão de reserva de contingência constituída pela AGO/E de 30 de julho de 2009, totalizando

em 31 de dezembro de 2009 R\$ 11.248, teve a seguinte destinação: R\$ 5.000 para aplicação em coligadas e controladas; R\$ 1.450 para investimentos na migração tecnológica da área operacional; R\$ 1.860 para manutenção de capital de giro; R\$ 2.938 para distribuição de dividendos aos acionistas, cujo pagamento ocorreu no ano calendário de 2010.

Por decisão da AGO de 29 de abril de 2011 do saldo remanescente do lucro do exercício de 2010 no montante de R\$ 5.243, acrescido de R\$ 1.189 da realização de reservas, e que, acrescido ainda R\$ 6.000 reversão da reserva de contingência constituída pela AGO/E de 30 de julho de 2009, o qual acrescido também do valor de R\$ 8.310 em reversão das reservas constituídas na AGO de 30 de abril de 2010 e não realizadas, totalizando, em 31 de dezembro de 2010, R\$ 20.742, teve a seguinte destinação: R\$ 2.300 para aplicação em coligadas e controladas; R\$ 1.000 para investimentos na migração tecnológica da área operacional; R\$ 5.609 para manutenção de capital de giro; R\$ 10.000 para futura aquisição de imóvel a ser utilizado como sede própria da Companhia; R\$ 1.833 para distribuição de dividendos aos acionistas, cujo pagamento ocorreu no ano calendário de 2012.

Por decisão da AGO de 30 de abril de 2012 do saldo remanescente do lucro do exercício de 2011 no montante de R\$ 3.971, acrescido de R\$ 18.909 reversão da reserva de contingência constituída pela AGO de 30 de abril de 2011, totalizando, em 31 de dezembro de 2011, R\$ 22.880, teve a seguinte destinação: R\$ 1.500 para aplicação em coligadas e controladas; R\$ 1.000 para investimentos na migração tecnológica da área operacional; R\$ 3.000 para manutenção de capital de giro; R\$ 15.000 para futura aquisição de imóvel a ser utilizado como sede própria da Companhia; R\$ 2.380 para distribuição de dividendos aos acionistas, cujo pagamento ocorreu no ano calendário de 2012.

b) Lucros a realizar:

Foi constituída em 2005, relativo a contingências ativas, com recebimento parcial em com a seguinte composição:

Reserva de lucros a realizar em 31/12/2010	2.580
Constituição lucros a realizar de precatórios em 2011	<u>2.042</u>
Reserva de lucros a realizar em 31/12/2011	4.622
Reserva de lucros a realizar em 30/09/2012	4.622

c) Reserva legal:

Constituída nos termos da Lei das Companhias por Ações e do estatuto da Companhia, totaliza em 31 de dezembro de 2011 o montante de R\$ 3.227.

d) Prejuízo a disposição da assembleia:

Totalizando (R\$ 426) em 30 de setembro de 2012.

#### 22.4 Ajuste de avaliação patrimonial

Refere-se à variação cambial dos investimentos nas subsidiárias, Sondotécnica International Co. e dos investimentos não - permanentes. Conforme Artigo 183, ítem I, da Lei 6.404/76, dispositivo ao qual o artigo 182, & 3º da referida lei.

### 23. Receitas líquida de vendas (Consolidado)

A reconciliação da receita bruta está assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2012	30/09/2011	30/09/2012	30/09/2011
Receita bruta				
Prestação de serviços	85.827	71.459	85.827	71.459
Medições a faturar	6.295	1.018	6.295	1.018
	92.122	72.477	92.122	72.477
Deduções da receita bruta				
Impostos incidentes sobre serviços	-10.967	-8.761	-10.967	-8.761
Deduções e abatimentos	-13	-187	-13	-187
	-10.980	-8.948	-10.980	-8.948
Receita líquida de venda	81.142	63.529	81.142	63.529

#### 24. Custos dos serviços prestados (Controladora e Consolidado)

O montante de R\$65.977, registrado na rubrica de “custos dos serviços prestados” referem-se a custos de serviços e custos gerais.

Os custos de serviços gerais são constituídos basicamente por custos de mão de obra, encargos trabalhistas e benefícios trabalhistas na ordem de R\$29.102, R\$10.690 e R\$ 2.702, respectivamente.

Já os custos gerais são oriundos de serviços prestados por pessoas jurídicas e sub - empreiteiros nos montantes de R\$ 6.678 e R\$ 16.805.

#### 25. Despesas gerais e administrativas (Controladora)

O montante de R\$14.583, registrado na rubrica de “despesas gerais administrativas” referem-se a despesas de serviços gerais.

As despesas de serviços gerais são constituídas basicamente por despesas de mão de obra, depreciação e amortização e serviços de pessoa jurídica na ordem de R\$4.426, R\$824 e R\$8.508 respectivamente.

#### 26. Despesas e receita financeiras (Controladora)

O resultado financeiro de R\$ 1.545, registrado na rubrica de “resultados financeiros” referem-se a despesas financeiras e receitas financeiras.

As despesas financeiras são constituídas basicamente por despesas bancárias, juros e multas na ordem de R\$74, R\$114 e R\$63 respectivamente.

As receitas financeiras são constituídas basicamente por rendimento de aplicações financeiras, juros ativos e variação cambial na ordem de R\$979, R\$236 e R\$ 579.

#### 27. Lucro por ação básico e diluído

Os resultados por ação (básico e diluído) foram calculados com base no resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia no 3º trimestre de 2012, conforme detalhado abaixo. Não houve movimentação de ações no semestre, e o lucro básico por ação foi igual ao lucro diluído por ação.

	Lucro básico e diluído			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2012	30/09/2011	30/09/2012	30/09/2011
Resultado de 2012	(426)	5.632	(426)	5.632
Quantidade média ponderada de ações líquida de ações em tesouraria	2.458	2.458	2.458	2.458
Lucro (prejuízo) por lote de mil ações	<u>(0,17319)</u>	<u>2,29111</u>	<u>(0,17319)</u>	<u>2,29111</u>

## 28. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Empresa não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia.

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado;
- Risco de moeda; e
- Risco de taxa de juros

As informações abaixo apresentam informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para mensuração e gerenciamento de risco e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

### Estrutura do gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderências aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

### **Risco de crédito**

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes. Historicamente a Companhia não tem sofrido perdas relevantes decorrentes da falta de cumprimento de obrigações financeiras por parte de seus clientes.

### **Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

### **Risco de mercado**

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos ganhos e perdas da Companhia. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo aperfeiçoar o retorno.

### **Risco de moeda**

A Companhia está sujeita ao risco de moeda nas transações com suas partes relacionadas no exterior, denominadas em uma moeda diferente da moeda local, em geral o Dólar Norte-Americano.

### **Risco de taxa de juros**

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

### **Mensuração dos instrumentos financeiros**

Os instrumentos financeiros da Companhia estão mensurados ao custo amortizado. Os valores justos dos instrumentos financeiros da Companhia são equivalentes aos seus valores contábeis.

## **29. Análise de sensibilidade**

A seguinte análise de sensibilidade foi realizada para os instrumentos financeiros com riscos de moeda estrangeira, considerando que o cenário provável é a atualização do valor das aplicações em 30 de setembro de 2012 pelas mesmas taxas de juros nestas datas, que os cenários possível e remoto consideram a variação de riscos de 25% a 50%, respectivamente, em relação a estas mesmas datas.



	Cenário		
	Provável	Possível	Remota
<b>Variação de risco</b>	<b>0%</b>	<b>25%</b>	<b>50%</b>
<b>Fundo de Investimento</b>			
Banco Itau S.A	6.253	1.563	3.127
<b>Renda Fixa</b>	<b>9.046</b>	<b>2.262</b>	<b>4.523</b>
Safra Max RF	1.196	299	598
Safra institucional DI	7.037	1.759	3.519
Citibank S.A	454	114	227
Caixa Economica Federal S.A	8	2	4
Safra Renda Fixa	320	80	160
Safra CDI	31	8	16
Banco Safra S.A - Debentures	580	145	290
CDB Citibank	543	136	272
Outros	7	2	4
Precatórios	10.012	2.503	5.006
Aplicações financeiras disponíveis para venda	7.896	1.974	3.948
	<u>34.337</u>	<u>8.584</u>	<u>17.169</u>

### 30. Seguros (Não auditado)

A política adotada pela Companhia é a de manter cobertura de seguros para os bens do imobilizado em montante que considera satisfatório face aos riscos envolvidos. Montantes contratados e vigentes em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011:

Ativo Segurado	Modalidades	Moeda	Valor Segurado
Imobilizado	Incêndio	R\$	5.000
Imobilizado	Veículos	R\$	400
Imobilizado	Equipamentos	R\$	60

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria e, consequentemente, não foram examinadas pelos Auditores Independentes da Companhia.

### 31. Aprovação das informações trimestrais

A administração da companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações financeiras em 14 de novembro de 2012.

\* \* \* \*  
\* \* \*